



O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Algumas Considerações Sobre a luta eleitoral no distrito de Setúbal

Foi no distrito de Setúbal onde a Oposição democrática alcançou o mais importante êxito nas «eleições» de 26 de Outubro. Os candidatos da CDE conseguiram aqui uma percentagem de 34,6% dos votos, o que representou uma extraordinária vitória se atendermos à existência dum recenseamento reduzido e falsificado e às mais descaradas arbitrariedades levadas a cabo pelas autoridades fascistas. A percentagem de abstenções, que veio a lume devido à eficiência da fiscalização, cifrou-se em 53%, também a mais elevada de todos os distritos.

A Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Setúbal obteve vitórias expressivas sobre a União Nacional em 2 concelhos — Barreiro e Moita. Foi também neste distrito que a U.N. foi batida em maior número de freguesias (9): Barreiro, Lavradio, Palhais, Alhos Vedros, Baixa da Banheira, Cova da Piedade, Amora, Pinhal Novo e Sarilhos Grandes.

Acresce que em muitas outras localidades a CDE foi ultrapassada em votos por margem reduzida como no concelho do Seixal, em que

perdeu por uma diferença de 14 votos, tendo na freguesia de Arrentela a diferença sido apenas de 5 votos e na do Seixal de 4.

A primeira constatação a fazer é que, ao somarmos o número de votos obtidos pela Oposição com o número total de abstenções, veremos reduzido o apoio à União Nacional a uma restrita minoria dos eleitores inscritos, isto sem contar com os muitos milhares de cidadãos com direito de voto que se não encontravam recenseados ou foram riscados dos cadernos eleitorais.

A segunda constatação é que o significado real das vitórias obtidas pelo Movimento Democrático transcende em muito a sua simples expressão numérica, dado que inúmeras dificuldades e limitações tiveram de ser vencidas, lutando ainda contra toda a espécie de arbitrariedades, prepotências e intimidações. O apoio activo das amplas massas, a sua mobilização e organização resultaram na maior vitória que a Oposição democrática obteve no distrito de Setúbal.

Falcatruas e arbitrariedades

As autoridades do Distrito empregaram-se a fundo logo no período do recenseamento no sentido de obterem cadernos eleitorais restritos e bastante depurados, que lhes garantissem uma suficiente margem de segurança para se permitirem depois encenar a farsa da liberalização. Não hesitaram, para isso, em dificultar ao máximo a operação do recenseamento, abrindo, por exemplo, as Juntas de Freguesia a horas e dias em que o grosso da população não estava disponível para lá comparecer. Além das autoridades não terem empreendido uma ver-

dadeira campanha de recenseamento maciço (pois nisso não estavam interessadas), criaram as maiores dificuldades à existência e actuação das comissões democráticas de recenseamento, chegando ao ponto de as proibir.

Na elaboração da lista dos candidatos também os entraves não foram menores. Dificuldades e morosidade na entrega dos certificados de eleitor, proibição de reuniões de trabalho das comissões, ameaças e provocações foram moeda corrente neste período.

Durante a campanha eleitoral, as autoridades



negaram à Oposição o acesso a edifícios públicos, à Rádio e à TV e exerceram pressões e intimidações sobre proprietários de edifícios e direcções de colectividades para que recusassem ceder salas à Oposição. Várias sessões foram proibidas. Comunicados na imprensa foram cortados no todo ou em parte. As autoridades entrevistaram várias vezes durante as sessões, cortando a palavra aos oradores. Os documentos, cartazes e targetas da CDE eram sujeitos a censura prévia do Governo Civil e alguns eram cortados. Proibia-se a Oposição de afixar cartazes na maioria dos locais onde a U.N. tinha inteira liberdade para os colar. Os distribuidores de propaganda eram sujeitos a intimidações, chegando alguns a ser presos. Os candidatos e membros das comissões foram ameaçados de morte, enquanto tarjetas provocatórias tentavam semear a confusão na opinião pública.

Em presença das urnas, muitas foram as manobras para iludir os fiscais da Oposição e falsificar a votação. Onde a fiscalização foi débil,

os fascistas chegaram a utilizar a clássica «chapelada», ao mesmo tempo que faziam votar indivíduos que nem sequer estavam inscritos na respectiva assembleia de voto.

Trabalhadores do campo, arregimentados, vinham depositar nas urnas votos da U.N. fornecidos pelos patrões. Tal foi o caso do agrário Samuel dos Santos Jorge, da herdade do Rio Frio, que se apresentou no Pinhal Novo com três galeras cheias de trabalhadores para votarem na U.N. Quem não votasse seria despedido — e o boletim de voto era controlado à saída da galera pelo próprio agrário.

Pessoas falecidas há vários anos ou que há muito haviam deixado de residir no Distrito continuavam inscritas nos cadernos. Onde a fiscalização foi fraca ou inexistente, até os mortos votaram pela U.N.

É à luz deste mundo de arbitrariedades, vigarices e prepotências que têm de ser interpretados os resultados obtidos nas urnas pela Oposição democrática.

O trabalho de massas esteve na base do êxito

A luta nestas difíceis condições só foi possível porque a Oposição realizou um largo trabalho de massas. Mais: o Movimento Democrático do distrito de Setúbal foi constituído por um amplo movimento das massas populares.

Os candidatos da CDE, escolhidos em amplas assembleias representativas, foram de facto candidatos do povo. No seu número não se contava nenhuma das «personalidades» tradicionais do Distrito.

Já no período do recenseamento, alguns êxitos alcançados em certas zonas tiveram origem no trabalho de massas realizado. Assim, no Barreiro, Baixa da Banheira e Alhos Vedros, dezenas de activistas percorreram as ruas, de porta em porta, esclarecendo as pessoas e levando-as a recensear-se. Um amplo trabalho foi também levado a efeito nalgumas empresas, como a CUF, e em diversas colectividades populares, onde foram montados postos de recenseamento.

Posteriormente realizaram-se várias assembleias populares, a partir das quais se formaram comissões abrangendo várias centenas de activistas. É de salientar a importância atribuída à organização de comissões de trabalhadores como meio de conquistar a participação activa das massas na luta democrática.

A abertura das sedes permitiu uma maior extensão do Movimento a camadas até então ainda retraídas.

As sessões de propaganda eleitoral realizadas no Distrito foram outras tantas manifestações de massas. A elas o povo nunca acorreu apenas como espectador, mas também na qualida-

de de participante activo, rodeando os oradores, apoiando-os, interrompendo-os e intervindo. Durante a campanha realizaram-se cerca de 20 sessões, nas quais se calcula terem participado umas 50 mil pessoas. Houve sessões com 5 e 6 mil pessoas. Realizaram-se também caravanas automóveis e várias manifestações de rua e desfiles com milhares de pessoas.

O número de manifestos, tarjetas e cartazes distribuídos e afixados sobe a 1 milhão e 200 mil. Em muitos locais a agitação da Oposição abafou a da U.N.

Os cadernos eleitorais foram fotocopiados na íntegra e os boletins de voto distribuídos à mão em todos os concelhos, o que representou uma importante acção de massas com todos os activistas em movimento.

Onde as massas a tomaram à sua conta a fiscalização, a Oposição venceu. Foi o que sucedeu no Barreiro, na Cova da Piedade, na Baixa da Banheira, em Alhos Vedros, no Pinhal Novo, etc.

Na Baixa da Banheira as massas ocuparam a assembleia de voto e não permitiram que algo se passasse sem seu conhecimento. Cá fora, cerca de 5.000 pessoas vigiavam desde manhã. A PIDE não conseguiu entrar na assembleia de voto porque as massas lhe impediram a passagem.

Foi todo este movimento de massas que cortou o passo às manobras da U.N., lhe arrebatou a iniciativa e a remeteu para uma posição defensiva.

A importância da organização

A existência de dezenas de comissões democráticas a vários níveis, funcionando com relativa autonomia, constituiu o esqueleto de todo este movimento e a razão da sua amplitude.

Existiam comissões concelhias no Barreiro, Almada, Moita, Seixal, Palmela, Setúbal, Montijo e Grândola, com ligações para os restantes concelhos. Nos concelhos do Barreiro, Almada e Moita havia comissões em todas as freguesias, existindo nos dois primeiros comissões abaixo de freguesia.

A Comissão Distrital estava estruturada com várias comissões: comissão executiva, comissão política, comissão de imprensa, comissão jurídica, comissão de organização, comissão de fundos, etc.

A comissão regional de trabalhadores con-

trôlava várias comissões de classe, de empresa etc.

Várias comissões de jovens e de mulheres completam o quadro.

Além da sede distrital (no Barreiro), sedes concelhias estavam abertas em Almada, Moita, Setúbal e Seixal, e sedes de freguesia como na Cova da Piedade, Lavradio, Palhais, Baixa da Banheira e Alhos Vedros. Havia ainda uma delegação na Quinta da Lomba (Barreiro) pertencente à freguesia do Lavradio. Alguns serviços da Comissão Distrital, como os serviços de imprensa, possuíam sede própria.

Realizavam-se diariamente reuniões de democratas nas respectivas sedes, impulsionando e dirigindo todo o movimento.

O papel da classe operária

Como classe mais consciente e combativa, como classe mais urgentemente interessada na liquidação do poder dos monopólios e no advento da democracia, a classe operária assumiu desde o início o lugar de vanguarda no Movimento Democrático.

Os operários da CUF tiveram papel preponderante na campanha para o recenseamento. Os trabalhadores participaram activamente nas comissões e na direcção do Movimento.

O extraordinário movimento de massas na Baixa da Banheira deve-se exclusivamente à conjugação dos esforços de operários da CUF, da Siderurgia Nacional, ferroviários e corticeiros ali residentes. Em Alhos Vedros foram principalmente operários corticeiros que sustentaram o movimento. No Barreiro, operários da CUF e da CP assumiram as suas responsabilidades na Comissão Concelhia. Em Almada, ao lado de empregados, contavam-se operários do Arsenal, corticeiros, etc. No Seixal, a Comissão era constituída por empregados e operários corticeiros. No Pinhal Novo, o movimento era constituído fundamentalmente por ferroviários.

Em todas as sessões eleitorais intervieram operários como oradores.

Um dos candidatos era um jovem estudante do Barreiro, antigo operário da CP. Foi eleito precisamente pelos operários e pela juventude. Dos candidatos suplentes, dois eram operários de Almada.

Os trabalhadores realizaram várias reuniões a nível regional e de empresa para discutirem as suas reivindicações e a sua participação na luta eleitoral. Centenas de operários da CUF realizaram algumas reuniões, em que elaboraram um caderno reivindicativo, discutido de-

pois por toda a empresa. Os ferroviários reuniram, precisamente no Barreiro, o seu II Encontro Nacional em que decidiram a greve nacional do dia 20 de Outubro.

Foi formada uma comissão de trabalhadores com operários da CUF, Siderurgia Nacional, CP, Lisnave, Arsenal, operários corticeiros, da construção civil, etc., com o fim de impulsionar e coordenar as lutas da classe operária, fomentando a constituição de comissões de trabalhadores nas várias empresas e classes.

A greve dos ferroviários teve grande influência no movimento dos trabalhadores do Distrito e no próprio Movimento Democrático. No próprio dia 20 inicia-se uma greve das 500 operárias da fábrica de confecções GEFA (Alhos Vedros), que dura uma semana, tendo as operárias conquistado um aumento de 9\$00. No dia 23 tem lugar uma greve dos 150 corticeiros da fábrica Aldemiro E. Mira (Alhos Vedros), que dura três dias. A 24 os corticeiros da fábrica Barreiras (Lavradio) fazem greve de um dia.

Estas greves, tal como a paralização de meia hora dos operários do Parque de Enchimento do Gazcidla, no Rosário (Moita), em meados de Outubro, tendo como objectivo imediato o aumento de salários, são uma consequência das várias reuniões de trabalhadores e reflectiram-se, por sua vez, na marcha do Movimento Democrático.

Nos centros industriais mais importantes, onde a classe operária é mais consciente e combativa, situam-se precisamente os maiores êxitos do Movimento.

Como partido do proletariado o Partido Comunista Português, esteve sempre ligado à luta diária das massas populares pelas liberdades democráticas.



Os seus militantes não se pouparam a esforços para orientar os trabalhadores e, com eles, o Movimento Democrático, para as ac-

ções de massas, único caminho correcto e eficaz na luta contra o fascismo, pela Democracia.

Alguns erros e deficiências

Há a assinalar alguns erros que tiveram efeito negativo no movimento.

Inicialmente assistiu-se a um certo reboquismo atrás de algumas «personalidades» da burguesia liberal. Elementos responsáveis ligados às classes trabalhadoras não se aperceberam das perspectivas que se ofereciam para a mobilização das massas e, por isso, não compreenderam logo a necessidade de assumir a posição firme do proletariado em face das hesitações dos sectores liberais burgueses. E, como não depositaram confiança nas massas trabalhadoras, não compreenderam a verdadeira importância das acções de massas no terreno eleitoral nem o passo em frente que elas poderiam representar no contexto da luta antifascista, precisamente numa altura em que o regime se debate em cada vez mais graves contradições, que é necessário aprofundar através da luta do povo. Daí o não terem dado todo o seu esforço, deixando inicialmente a organização do Movimento à mercê de oportunistas e elementos burgueses que pretendiam separá-lo das massas. Quando esta deficiência foi rectificada o tempo era já muito curto e contava em desfavor do Movimento Democrático.

Incompreensão da importância da organização foi uma outra deficiência, a qual impediu a estruturação da Comissão Distrital no seu devido tempo e a respectiva divisão de tarefas. Só mais tarde se compreendeu, e mal, que isto tinha de ser feito. A ausência de uma Comissão Executiva deixou que as reuniões da Distrital fossem pasto das discussões mais estéreis e dissolventes. A inexistência de uma Comissão Política impediu o aparecimento de documentos bem elaborados dirigidos ao eleitorado e ao povo do Distrito. A ausência de uma Comissão de Organização permitiu que, até final, alguns concelhos continuassem desorganizados, sem comissões, e que, como consequência, a U.N. pudesse dominar completamente nesses concelhos.

Outra consequência deste menosprezo pela organização foi a não elaboração de estudos circunstanciados dos vários problemas do Distrito — económicos, habitacionais, culturais, de assistência médica e hospitalar, de condições de vida e de trabalho, etc., etc.

Mais tarde, quando um trabalho de estruturação foi levado a efeito, a acumulação de tarefas sobre os ombros da Comissão Política impediu que esta desempenhasse a sua verdadeira função.

Se tivesse sido criada uma Comissão de Pro-

paganda independente da Comissão de Imprensa, ter-se-ia podido planificar a campanha eleitoral e, em lugar de 20 sessões, poder-se-iam ter realizado quarenta ou mais e em melhores condições. Assim, caiu-se na situação de todos fazerem tudo, o que significa a realização de um trabalho anárquico e menos produtivo.

Finalmente, uma outra consequência do menosprezo pelo trabalho de organização foi o facto de, nalguns concelhos, não se reunirem regularmente as comissões de freguesia, realizando-se apenas reuniões concelhias em que participavam os componentes de todas as comissões de freguesia, o que impedia o trabalho em profundidade em cada freguesia. Esta deficiência fez-se sentir em Almada e, inicialmente, no Barreiro. Noutros concelhos, como Setúbal, Montijo, Seixal, nem sequer foram criadas comissões de freguesia. A comissão da freguesia de Sarilhos Grandes (concelho do Montijo) funcionava em ligação com a conselho da Moita.

Não se combateu suficientemente a tendência para criar comissões de personalidades, desligadas das massas, e daí o ter-se andado demasiado tempo atrás de individualidades da burguesia liberal que sempre procuraram travar o trabalho de massas e de organização.

Noutros casos, caiu-se no «democratismo», desautorizando as comissões eleitas para dirigir o Movimento, exigindo que todas as decisões fossem tomadas pelas «bases», o que, a ser aplicado na íntegra, tolheria o Movimento e impediria uma verdadeira direcção à escala de todo o Distrito. Foi o que de facto aconteceu na altura em que alguns elementos preenchiam as reuniões da Distrital a contestar a validade de quaisquer resoluções sem prévia consulta das «bases».

As insuficiências na ligação do Movimento Democrático com a classe operária, nomeadamente com grande número de empresas importantes do Distrito, impediram o aproveitamento das condições criadas para a mobilização e organização dum maior número de trabalhadores, constituíram uma grave fraqueza do Movimento.

Mais graves ainda foram as debilidades no que respeita à organização e mobilização dos jovens e das mulheres que, embora tivessem participado na luta eleitoral com todo o seu entusiasmo, não se organizaram em estruturas próprias tendó como fulcro as suas reivindicações específicas.

Não se efectuaram no Distrito colóquios ou

encontros dos candidatos com operários das grandes empresas, com camponeses, pequenos comerciantes e industriais, com mulheres e jovens.

Na campanha eleitoral ficou-se muito dependente da cedência de salas por parte das direcções de colectividades. Por vezes as salas não comportavam o número de pessoas que pretendiam assistir, outras vezes eram simplesmente negadas pelos dirigentes das colectividades. Não se soube vencer a tempo esta deficiência apelando para a massa associativa,

como foi o caso duma colectividade da Moita, cuja direcção tinha fechado a sala às sessões da Oposição mas foi obrigada a cedê-la por imposição da respectiva assembleia geral convocada expressamente para esse fim. Por outro lado, não se enveredou pelo aluguer de garagens, armazéns, barracões, etc., que comportam muito mais gente e são de obtenção mais fácil.

Todas estas deficiências causaram prejuízos ao Movimento e impediram que o êxito da luta fosse ainda mais apreciável.

As perspectivas para a continuação do Movimento

O sentimento da necessidade de continuar o Movimento Democrático para além do passado período eleitoral concretizou-se já na criação do MOD. As comissões existentes não devem dissolver-se e, pelo contrário, devem ser criadas novas comissões.

Para que o Movimento possa continuar de pé e alargar-se é necessário que as comissões encontrem algo em que trabalhar imediatamente. Não podem reunir-se só para reafirmar a sua fidelidade à causa democrática.

Além da luta pelas consignas traçadas durante a campanha eleitoral, que se tornaram palavras de ordem de todo o povo, luta que deve assumir formas muito concretas e imediatas, o Movimento tem de debruçar-se sobre os problemas específicos do Distrito e até de cada um dos concelhos e localidades.

São de combater duas tendências que recentemente têm vindo a lume. Uma delas é a tentativa de ilegalizar as comissões democráti-

cas com o pretexto de as defender da repressão. Tal atitude fecharia o Movimento à participação das amplas massas populares, torná-lo-ia uma organização sectária, vulnerável à repressão e com impossibilidade de se estender a novas localidades e a novas empresas. O medo viria a instalar-se no seio das comissões que ficariam reduzidas a apenas alguns dos seus elementos mais activos.

A outra tendência, igualmente nociva, é a de se procurar obter a legalidade do Movimento através da autorização expressa do Governo. A legalidade do Movimento terá de ser conquistada pela luta das massas populares. Só elas terão força para fazer frente à repressão contra o Movimento.

Manter o Movimento legal e aberto, garantindo-lhe o apoio constante das massas populares, é, pois, uma das condições para lhe dar continuidade. A correcção dos erros e deficiências atrás apontadas é outra condição.

Estruturar e consolidar **UM AMPLO MOVIMENTO DE MULHERES**

Nas recentes batalhas do povo português pela conquista da liberdade, as mulheres manifestaram-se como inegável força política que os fascistas já não ignoram e que, com mais forte razão, as forças democráticas não devem subestimar.

Desenvolvendo com entusiasmo a sua acção, apesar de constantes intimidações, provocações e vigilância das forças repressivas, as combatentes antifascistas revelaram em elevado grau a sua firmeza e tenacidade colocando-se

entre os mais intransigentes defensores da continuidade do movimento democrático para além do período «eleitoral».

A futura participação de delegadas do movimento das mulheres nos Encontros Nacionais, decidida pelas delegações democráticas de 16 distritos do País reunidas no VII Encontro Nacional Democrático ao organizarem-se no MOD, é o reconhecimento público da capacidade organizadora e da força combativa das mulheres, das largas perspectivas que se abrem à sua acção.

Vencer todos os entraves e falsas concepções

Procurando aproveitar da melhor maneira todas as possibilidades, embora limitadas, de acção legal, as democratas tiveram uma activa

participação na batalha «eleitoral». Em vários distritos, estiveram em importante número nas comissões democráticas de apoio, nas co-



missões concelhias, de freguesia e sócio-profissionais, fizeram parte da Comissão Política da CDE de Lisboa e em 4 distritos apresentaram-se como candidatas. Em vários locais, como Lisboa, Braga, Famalicão, Marinha Grande, Moscavide, Odivelas, Vila Franca, realizaram sessões e colóquios onde foram focados alguns dos mais importantes problemas da mulher: «A situação da mulher trabalhadora em Portugal», «Assistência Materno-Infantil», «A mulher na sociedade», «O voto feminino», entre outros.

Paralelamente às sessões e comícios de propagação das CDEs, estas iniciativas tiveram o melhor acolhimento e a franca adesão das mulheres, por virem ao encontro das suas mais profundas aspirações. Os gritos de «Queçemos os nossos filhos», «Pão para todos os portugueses» de milhares de assalariadas agrícolas numa sessão em Alpiarça exprimiram um sentimento geral das massas femininas que por toda a parte, nos comícios e manifestações de rua, condenaram o fascismo e reclamaram a Amnítia, a Liberdade e o fim das guerras coloniais.

Procurando estreitar a sua ligação às massas, as democratas realizaram dezenas de reuniões com dezenas e centenas de mulheres e desenvolveram grandes esforços pelo alargamento duma organização própria à escala nacional. Em resultado desta justa orientação, o seu movimento ganhou nova expressão com o entusiasmo e dinamismo de centenas de novas activistas.

Numa reunião de delegadas de vários distritos a realizar em Coimbra, por proposta da Comissão Democrática das mulheres do Distrito de Lisboa, com base nas decisões tomadas nas suas assembleias, figuravam na ordem de trabalhos os seguintes pontos: necessidade de troca de impressões e experiências sobre o trabalho realizado pelas mulheres nos diversos distritos; necessidade de estruturação do movimento de mulheres; necessidade de aprovação dum caderno de reivindicações específicas da mulher.

Do Encontro das Mulheres do Distrito de Lisboa (CDE) realizado dias depois saía um apelo dirigido às mulheres do concelho de Lisboa no sentido de se unirem para o estudo e resolução dos seus problemas com vista à integração progressiva da mulher portuguesa na vida política nacional. Esforçando-se por dar corpo a esta ideia, democratas activistas de

Lisboa foram ao encontro das mulheres trabalhadoras distribuindo os seus documentos em várias zonas fabris. Milhares de balões distribuídos nas escolas populares, jardins, etc., simbolizaram as suas preocupações quanto à vida e o futuro das crianças portuguesas.

Terminada a batalha «eleitoral», mantendo firme a disposição de prosseguirem a sua acção, as mulheres levaram a cabo a realização de várias sessões comemorativas do Dia Mundial dos Direitos da Criança.

Se o Movimento das Mulheres não se desenvolveu como era possível e desejável, se não foram dados mais importantes passos na sua estruturação, tal facto deve-se não só aos entraves levantados pela repressão fascista, como às incompreensões e concepções erróneas surgidas entre alguns elementos e sectores das forças democráticas.

Em manobras de bastidores ou em declarações públicas dos seus porta-vozes femininos, alguns sectores oposicionistas, nomeadamente «Socialistas» da CEUD, têm sido os mais acérrimos opositores à existência dum movimento de mulheres, como aliás de qualquer movimento de massas.

Esta atitude, baseada em falsas concepções que fogem ao fundo do problema, visava paralisar a acção das mulheres, o que não conseguiu. Porém, em resultado da perturbação que causou no seio do movimento, a par da perspectiva legalistas e eleitoralistas que se manifestaram noutros sectores e de deficiências de organização das forças democráticas em muitos distritos, o movimento das mulheres não progrediu como teria sido possível e em certos locais sofreu mesmo alguns recuos.

Num momento em que as forças democráticas dão importantes passos na unidade da luta antifascista, as mulheres democratas e progressistas, independentemente de diferenças religiosas, ideológicas e sociais, opõem-se na sua maioria a todas as tentativas de sabotagem do seu movimento e não poupam esforços para levar a bom termo a sua estruturação.

Aos comunistas cabe um importante papel nesta tarefa, quer combatendo firmemente as concepções que procuram minimizar ou ridicularizar a importância de um tal movimento, quer apoiando e impulsionando com vigor todas as iniciativas que vizem mobilizar para a acção as mais largas massas femininas.

A mulher é vítima de discriminações

A política reaccionária e obscurantista do regime tem sido particularmente nefasta para a mulher.

Aureolada de «rainha do lar», a mulher só recentemente (logo após a batalha «eleitoral») se viu legalmente dispensada da autorização

do marido para a concessão de passaporte. Em 1966, o Código Civil restabeleceu o Poder Marital (abolido pela República), dando ao marido o direito de decidir em todos os actos da vida conjugal comum e privando praticamente de todos os direitos sobre os filhos tanto a

mãe legítima como a ilegítima.

Nas classes trabalhadoras, além das privações e miséria a que toda a família está sujeita, a mulher é ainda atingida por sofrimentos suplementares. Deles falam com eloquência as elevadas percentagens de mortalidade infantil e de partos sem qualquer assistência. No distrito de Vila Real, por exemplo, a taxa de mortalidade infantil (valor médio dos anos de 1963 a 1966) é de 71,7 por mil enquanto que os partossem assistência (números de 1966) é de 85,6%. Na turística e «progressiva» Vila de Espinho a situação não é muito diferente para as mulheres dos pescadores. Uma delas deu à luz em plena rua, numa noite chuvosa e fria deste inverno, diante da porta fechada do hospital de misericórdia onde não havia lugar vago e não fora recebida... Em 1965, segundo as estatísticas, 93.378 mulheres mais de 40% do número total de partos correram este risco, pois tantas foram as que não tiveram qualquer assistência durante a gravidez e o parto. Com o agravamento da miséria nos lares, tudo deixa supor que no ano que atravessamos será ainda maior o número de mulheres que se encontram nestas deploráveis condições.

O atraso económico em que o fascismo tem mantido o nosso País pela sua política de submissão aos monopólios e latifundiários e ao imperialismo estrangeiro tem dificultado a entrada da mulher na produção, conservando-se assim a esmagadora maioria das mulheres numa quase segregação pelo confinamento às quatro paredes do lar. Por tal motivo, na sua generalidade, a mulher só raramente toma clara consciência das discriminações a que está sujeita. Apenas uma pequena percentagem tem possibilidades de combater esta espécie de segregação: as mulheres que entram nas fábricas, nas empresas e noutros locais de trabalho e que, através da luta por melhores condições económicas tomam consciência do caminho para a sua emancipação.

Numa sociedade que se funda na exploração do homem pelo homem, e particularmente no nosso País, onde existe um regime fascista para que ela seja levada ao extremo limite, além da desenfreada exploração patronal, a mulher es-

tá sujeita a outras formas de discriminação: salários inferiores aos do homem, mesmo quando desempenham trabalho igual; ainda mais raras possibilidades de promoção profissional, falta de protecção e segurança no trabalho, insuficiente assistência na maternidade e tantas outras.

As dificuldades de promoção profissional e o atraso cultural caminham a par. Em 1968, na Universidade de Lisboa, existiam apenas 2 mulheres catedráticas. Em Janeiro de 1969, os jornais davam grande destaque a esta notícia; na Universidade de Coimbra tinha tido lugar, pela primeira vez, o doutoramento de uma mulher em medicina!... Num país em que as estatísticas truncadas e em atraso acusam 48% de mulheres analfabetas, só por escárnio com raízes de classe ou desprezo inçontido pela sorte das mulheres poderia uma intelectual que se diz democrata ter afirmado que a mulher é ou pode ser escritora, médica, empregada, operária e varredora de ruas procurando combater o movimento das mulheres e pretextando talvez evitar-lhes uma nova «discriminação».

Pressionado pela luta popular e com objectivos nitidamente demagógicos, o governo de Marcelo Caetano concedeu o direito de voto às mulheres. Mas num país cujos cidadãos estão há mais de 40 anos privados das liberdades políticas, a maior parte das mulheres não podem compreender subitamente a importância do voto e a forma de utilizar este direito. Daí a necessidade de comissões cívicas e da participação das democratas na batalha do recenseamento. No que respeita à vida pública, muitas outras restrições atingem as mulheres: não participam em vereações municipais, juntas de freguesia, etc., e raras são aquelas que ocupam cargos dirigentes em instituições estaduais ou municipais de assistência.

Só o prosseguimento da luta em que as mulheres deverão participar activamente integradas num vasto movimento poderá forçar o fascismo a concessões mais importantes no que toca aos interesses específicos da mulher, contra todas as discriminações a que está sujeita.

Estruturar na acção e em bases sólidas

Dirigindo a acção das trabalhadoras contra a exploração, apoiando e incentivando a acção das mulheres pelos seus direitos, pela Paz, pela Liberdade, o nosso Partido nunca perdeu de vista estas palavras de Lênine: «Não é possível atrair as massas para a política, sem atrair para a política as mulheres».

Recentemente, no documento da Comissão Política do Comité Central do PCP «Após a burla eleitoral—Nova Fase de Luta», con-

clui-se que estão maduras as condições para a criação de alguns grandes movimentos nacionais, entre os quais «um movimento nacional das mulheres, que impulsionado pela larga participação feminina nas lutas económicas e políticas, pode transformar-se num poderoso elemento de acção na luta pelas liberdades democráticas, contra a guerra colonial, em defesa das reivindicações das mulheres portuguesas».



Aos comunistas, põem-se importantes e inadiáveis tarefas neste sentido, vencendo na acção todos os entraves e falsas concepções que procuram impedir que um vasto movimento de mulheres se estruture e consolide. Há que impulsionar e apoiar todas as formas de acção legal que abranjam os mais vastos sectores femininos da população.

No actual momento, é possível e indispensável a publicação de jornais e revistas que foquem os problemas da mulher e da criança e que sejam ao mesmo tempo uma réplica a uma certa «literatura femenina» tendente a perpetuar preconceitos inferiorizantes para a mulher e a desviar-lhe a atenção dos seus próprios problemas, do seu povo, do seu País e da humanidade em geral. Neste contexto, os problemas da mulher fornecem temas inesgotáveis não só para a publicação de artigos como para a realização de conferências, colóquios e outras iniciativas semelhantes.

Impõe-se desenvolver em todo o País acções em defesa da maternidade e da infância, por uma verdadeira assistência no parto a todas as trabalhadoras e extensiva a todas as mulheres do nosso povo, pela criação de creches e jardins de infância, pelo restabelecimento do ensino infantil, por uma vasta rede de cantinas nas escolas primárias, por maiores possibilidades de acesso dos filhos dos trabalhadores à instrução, em defesa dos direitos da criança, em defesa dos direitos da mulher na sua dupla função de mãe e trabalhadora.

É urgente mobilizar as mulheres para a luta contra o aumento vertiginoso do custo de vida, por uma habitação condigna, contra as guerras

coloniais e em defesa da Paz, coordenando estas acções à escala nacional com outros sectores da luta antifascistas, designadamente a juventude.

É indispensável orientar sem demora a acção das mulheres em defesa dos presos políticos e pela Amnistia, quer apoiando a campanha já em curso quer desenvolvendo por iniciativa própria outras acções.

Para desenvolver e fortalecer um movimento de mulheres como as circunstâncias do momento exigem, todos os esforços de organização devem alargar-se o mais possível às mulheres trabalhadoras. Confinado nos meios intelectuais, um movimento de mulheres trairia os seus fins, condenar-se-ia ao marasmo, não vingaria.

Sem perder de vista que as mulheres trabalhadoras são quase sempre forçadas a uma dupla jornada de trabalho e não podem por isso participar com regularidade no exercício de actividades cívicas, há que procurar as formas de as encontrar e com elas discutir na convicção de que muitas são capazes dos mais admiráveis exemplos de determinação, espírito de sacrifício e combatividade. A dinamização do movimento das mulheres assim o determina.

Por toda a parte, e particularmente nos centros industriais do País, os comunistas devem impulsionar as mais variadas formas de acção para que se estruture em bases sólidas o movimento das mulheres, para que se desenvolva com crescente vigor e amplitude o combate das mulheres em defesa dos seus interesses específicos, pelas suas reivindicações fundamentais, pela Paz, pela liberdade.

Sobre a luta de Fevereiro-Março de 1969 dos Estudantes do Porto

Actualidade de uma experiência

É decorrido um ano sobre as importantes movimentações de Fevereiro-Março de 1969 dos estudantes do Porto. Trata-se entretanto de uma luta que, pela sua envergadura e repercussões, bem visíveis ainda no momento actual justifica plenamente algumas considerações. Em primeiro lugar, porque a excepção — aliás fundamental — da demissão do Reitor nenhuma das grandes reivindicações avançadas neste período pelos estudantes foi ainda satisfeita; em segundo lugar, porque aqui e além têm surgido apreciações segundo as quais

se tratou de uma luta de carácter «emocional», sem raízes no sentir e no querer mais profundo dos estudantes, desenvolvendo-se a partir daqui concepções objectivamente liquidacionistas e paralizantes que estão a dificultar seriamente o desenvolvimento do trabalho associativo; em terceiro lugar, porque algumas das debilidades e erros então verificados não foram ainda completamente eliminados e algumas das conquistas obtidas no decurso da luta não foram suficientemente consolidadas.

Duas apreciações opostas

A luta de Fevereiro-Março de 1969 e as acções que a acompanharam (greve inclusivé) constituíram o ponto alto de um processo associativo-reivindicativo que, com maior ou menor nitidez, se vinha desenvolvendo no plano interno da maioria das Escolas.

O descontentamento face à política fascista do Ensino, a oposição, por vezes surda mas generalizada, a uma reforma tecnocrática e anti-democrática do ensino que o governo vinha cozinhando no gabinete, as inúmeras reivindicações de carácter pedagógico, social e cultural dos estudantes, os obstáculos levantados ao desenvolvimento da actividade associativa de que a não legalização das Comissões Organizadoras era (e ainda é) o principal, constituíram a motivação profunda da luta que a 27 de Fevereiro se desencadeou.

Durante o primeiro período escolar e início do segundo tiveram lugar em numerosas escolas variadíssimas acções (greve da contabilidade em Economia, luta de Belas Artes, luta das Matemáticas em Ciências, luta em defesa da CSAHP no IIP, desenvolvimento do trabalho pedagógico em Engenharia) que, por um lado evidenciavam as disposições de luta estudantis, por outro apontavam ao M.A. a acção unida de todos os estudantes no plano da Academia como o caminho mais seguro para a conquista das suas reivindicações. A grande jornada de massas que foi a «Tomada da Bastilha» e a aprovação da «Declaração de Coimbra»

contribuíram fortemente para criar condições favoráveis a acções de envergadura na Universidade do Porto. Num outro plano, a situação política criada pela demagogia liberalizante que se seguiu à morte política de Salazar, exerceu poderosa influência sobre as disposições de luta dos estudantes.

Só estranhará que, com a luta de Fevereiro-Março essas acções de maior vulto tenham tido lugar, procurando justificá-las essencialmente por factores acidentais, quem das massas e do M.A. se encontrava completamente divorciado. Caracterizar a luta de Fevereiro-Março como uma reacção «sentimental» à invasão da Universidade pela polícia revela, não apenas desconhecimento do ambiente anterior a 27 de Fevereiro, não apenas subavaliação das potencialidades do processo que o Plenário de 27 certamente iria incentivar, mas menosprezo pelas massas estudantis, pela sua capacidade de luta, pelos seus sentimentos democráticos e antifascistas. Dizer que ao chamar a polícia o Reitor cometeu um enorme «erro de calculo» serve sem dúvida para justificar a tese negativa de que sem a repressão brutal que então se verificou «a luta de Fevereiro-Março não teria existido» mas não serve para esclarecer a realidade profunda subjacente a esta importante luta. O temor do Reitor e do governo que não hesitaram lançar contra os estudantes reunidos a polícia de choque era obviamente justificado.

Os estudantes «estão preparados»

Entretanto a luta de Fevereiro-Março foi também em certo sentido, «imposta» aos estudantes.

Antes de 27 de Fevereiro os estudantes não reivindicavam a demissão do Reitor. Esta reivindicação resultou do seu comportamento antiestudantil e repressiva súbitamente tornada evidente aos olhos das massas. A exigência de demissão do Reitor-polícia impôs-se rapidamente como uma reivindicação central e que colocá-la foi correctíssimo, prova-o a exoneração que em férias acabou por ocorrer. Esta foi uma grande vitória do M.A. e dos estudantes cujo alcance afinal só ao governo interessa diminuir.

Caracterizar as movimentações de Fevereiro-Março como emotivas e acidentais é já um erro grave de apreciação; partindo daí, sob pretext-

to de que «os estudantes não estão preparados» ou de que «todo o trabalho de base está por fazer», para a tese de que «há que esperar um ano ou mais» para de novo promover grandes acções estudantis, é já oportunismo político.

A esta luz todas as grandes movimentações estudantis teriam sido «emotivas» só porque não foram, como não podiam ser totalmente vitoriosas. A experiência acumulada pelo M.A. e pelos estudantes ao longo de anos e anos de pequenas e grandes lutas seria sem significado. A interacção mútua das lutas por Academia, a influência decisiva da situação política sobre o movimento estudantil, não são consideradas. O movimento estudantil não é visto no seu processo e no seu condicionamento necessário pelo todo sócio-político português.

Tendências oportunistas

Consequência directa desta análise errónea são o «pedagogismo» (substimação da luta como factor primacial de consciencialização) o,

«trade-unionismo» das pequenas reivindicações («os estudantes não estão preparados para movimentações de envergadura superior») o



culto anarquizante da espontaneidade (as reivindicações têm de «partir dos estudantes») a atomização do movimento (circunscrito às turmas e aos cursos) a contestação das estruturas representativas de Escola e federativas (acusadas de burocráticas, etc.).

Por fantástico que possa parecer todas estas posições foram já mais ou menos abertamente defendidas. O trabalho federado e a cooperação inter AAEE e inter Academias são opostos ao trabalho de Escola; as AAEE são opostas às estruturas de base dos cursos e das turmas; os dirigentes são opostos aos estudantes; o trabalho organizado oposto à iniciativa estudantil e ao poder criador das massas.

Naturalmente que tudo isto só é possível porque importantes erros foram cometidos pe-

lo M.A.. Mas antes de nos debruçarmos sobre este ponto é necessário sublinhar dois factores que estão na base daquelas posições erróneas. O primeiro é uma clara subestimação do fascismo, da repressão que sobre o Movimento estudantil tem desabado, das dificuldades de toda a ordem que sempre se levantam ao desenvolvimento da actividade associativa. O segundo é a ausência de uma verdadeira perspectiva de luta, voltada para o aproveitamento revolucionário das excelentes condições objectivas existentes. A crítica por vezes exacerbada da «Declaração de Coimbra» e da formulação de Cadernos Reivindicativos assentes na realidade estudantil e nas suas disposições de luta enquadra-se nesta ausência de espírito de combate.

Aspectos positivos e conquistas importantes

O que a luta de Fevereiro-Março de 1969 dos estudantes do Porto ensina é bem diferente do que pretendem os defensores das teses liquidacionistas e paralizantes.

O facto de no dia 27 de Fevereiro se reunirem na faculdade de Ciências perto de 1.000 estudantes ao apelo do M.A. (apesar da proibição formal, apesar da ausência de precedentes, apesar mesmo de lacunas importantes no trabalho prévio de preparação) só demonstra a existência de condições favoráveis para unir os estudantes na luta pelas suas reivindicações mais sentidas e em defesa do seu movimento representativo. A efectivação desta reunião seria só por si um passo importantíssimo no sentido de abrir caminho para forçar o governo e as autoridades académicas a satisfazer algumas das suas reivindicações mais prementes. Este passo em frente seria mais sólido se antes de 27 existisse um forte trabalho de base no plano interno de Faculdade? É evidente que sim. Mas não reverteu o processo para dentro das Escolas? Não se realizaram amplas reuniões estudantis em que os problemas mais sentidos foram discutidos e as reivindicações mais ur-

gentes avançadas?

Em novos Plenários, Reuniões Gerais, Comissões e Manifestações milhares de estudantes exigiram a legalização imediata das suas AAEE, exigiram o reconhecimento do direito de reunião e associação, exigiram a sua participação numa Reforma do Ensino que responda aos interesses mais profundos dos estudantes e do povo português. A repressão foi forçada a recuar. A polícia não voltou a intervir na Universidade. O átrio da Faculdade de Ciências foi conquistado pelos estudantes para a discussão dos seus problemas, o mesmo sucedendo dentro de várias Faculdades. O direito de reunião, a afixação de cartazes e a distribuição de documentos, sistematicamente negados no plano interno de cada Faculdade foram impostos pela força poderosa dos estudantes unidos e em movimento. O Reitor foi finalmente dimitido.

Lutar contra a subestimação destas conquistas, combater as análises pessimistas e derrotistas desfarsadas da realidade, é uma tarefa central dos comunistas e de todos os estudantes de vanguarda.

A importância de saber recuar

Mas foram cometidos erros importantes e o M.A. sofria de debilidades organizativas que não foram suficientemente ponderadas no decorrer da luta.

Constituiu um erro muito grave não preparar o previsível recuo táctico. As teses «esquerdistas» da «luta pela luta» e de «ofensiva permanente» não foram suficientemente combatidas e acabaram por influenciar fortemente a direcção do movimento.

Saber recuar no momento próprio é tão importante como saber avançar, não é mais fácil

nem exige menos coragem. Definir os métodos e objectivos imediatos em face da luta, das situações concretas e das disponibilidades das massas é essencial para a sua correcta direcção. Foi este um dos erros principais cometidos durante a luta de Fevereiro-Março. O falhanço do V Plenário foi francamente desmobilizador e desmoralizante com a agravante de não ter sido imediatamente seguido de um balanço crítico e autocritico de luta apontando à massa estudantil perspectivas claras de acção adaptadas às novas condições.

Debilidades organizativas

A mais importante debilidade do M. A. evidenciada por esta luta, foi, sem sombras de dúvida, o atraso da organização associativa em relação às disposições de luta dos estudantes, e não o contrário como alguns defendem. Sobretudo no plano da organização das Faculdades isto foi evidente. Os dirigentes foram capazes no essencial, de dirigir muitos milhares de estudantes numa luta importantíssima na Universidade do Porto — foram impotentes para prover o seu enquadramento organizado no plano das Faculdades. Aos Plenários e às grandes reuniões Gerais não sucedeu o fortalecimento satisfatório das C. O., das estruturas

de curso, das Juntas de Delegados. O número de activistas associativos era restrito, algumas estruturas existentes pouco funcionais, faltavam programas de acção e processos reivindicativos em curso capazes de enquadrar as novas disposições de luta reveladas.

Algumas dezenas de colaboradores potenciais do M. A. perderam-se neste período, alguns irremediavelmente tocados pelo desânimo, presa fácil das concepções liquidacionistas ou aventureiristas que nos períodos de recuo desorganizado sempre aparecem. As teses liquidacionistas e paralizantes e outras formas de oportunismo encontram alento nesta situação.

Deficiências a superar

Conseguir ultrapassar urgentemente estas deficiências tão fortemente evidenciadas em Fevereiro-Março é uma tarefa central do M. A. e de todos os estudantes de vanguarda.

Encontrar formas flexíveis de organização associativa, desenvolver a iniciativa da base, animar e perspectivar a discussão dos problemas mais sentidos pelos estudantes organizando simultaneamente a luta por objectivos concretos e imediatos, são tarefas que urgente-

mente é necessário levar à prática.

O que se trata na verdade é de aplicar consequentemente a orientação de massas, do M. A. e não tanto a de modificá-la. Impedir que a iniciativa absorvente dos dirigentes se substitua ao trabalho colectivo e organizado, impedir que essa iniciativa (necessária) abafe a iniciativa estudantil, é tão importante como combater as tendências paralizantes e liquidacionistas atrás referidas.

A importância de organização democrática

Ao contrário do que alguns pensam, a grande lição a extrair das movimentações estudantis dos últimos tempos, e em particular da luta de Fevereiro-Março de 1969 no Porto, não é nem a de que como formas de organização dos estudantes as C. O. estão ultrapassadas nem a de que o M. A. deve politizar-se. As C. O. são uma poderosa conquista dos estudantes que o fascismo se recusa a reconhecer mas que os estudantes impuseram já pela sua luta. Sem essa organização representativa, sem um elo sólido de ligação de todos os estudantes, o M. A. estaria condenado a vegetar eternamente no plano das pequenas reivindicações sem perspectivas. As teses dos «grupos naturais» de base em contraposição ao trabalho organizado das AAEE, tendem não a fortalecer o M. A. mas a anarquizá-lo, enfraquecendo-o. Se tais tese vingassem o movimento estudantil sofreria um gravíssimo retrocesso e a luta pela Democracia — sofreria um golpe.

Por outro lado as teses que preconizam a politização aberta do M. A., têm igualmente de ser combatidas. As dificuldades postas pelo fascismo à organização dos estudantes no plano político aberto, no terreno democrático, não podem servir de justificação para com-

prometer o M. A. num terreno que conduziria necessariamente à sua liquidação como movimento legal e de massas dos estudantes. Aos estudantes de vanguarda cabe a tarefa urgente e difícil de prosseguir com o trabalho encetado de organização democrática, por forma a enquadrar na luta abertamente política as centenas e centenas de estudantes que em particular, durante a recente «campanha eleitoral» tão exemplarmente mostraram desejá-lo.

A luta de Fevereiro-Março de 1969 dos estudantes do Porto aponta o caminho do fortalecimento das estruturas associativas e não o da sua liquidação, aponta o caminho da luta e não o da expectativa e da inacção.

Avançando firmemente na luta por objectivos concretos imediatos, resolutamente apoiados nas mais largas camadas de estudantes, o M. A. arrancará ao fascismo novas e importantes conquistas. Um destes objectivos imediatos, talvez o mais imediato no momento actual é a luta pelo reconhecimento legal da AAEE em todas as Faculdades, Liceus e Escolas Técnicas.



Ouvir Regularmente a R.P.L.

É um facto que a Rádio Portugal Livre é cada vez mais ouvida regularmente. Ela é cada vez mais escutada pelos trabalhadores e pelo nosso povo. Cresce o número de trabalhadores e de antifascistas que acompanham de perto os programas da Rádio do Partido, seguem a sua orientação e as suas instruções. Isso é particularmente evidente, sobretudo, nos períodos mais agitados (intensificação da luta reivindicativa, da luta política e outros acontecimentos). Hoje é corrente ouvir falar pessoas do povo sobre a RPL e os seus programas. A influência da nossa Rádio cresce entre as massas.

Contudo, a par desta constatação real, verifica-se, por outro lado, haver militantes comunistas que só umas vezes por outras ouvem a Rádio do Partido, apesar de terem condições para ouvir. É particularmente para os casos dos camaradas que não procuram ouvir regularmente a Rádio do seu Partido que queremos chamar a atenção.

A justificação mais usada dos que não ouvem com regularidade a Rádio é a «falta de tempo» ou «já sei o que vão dizer». A «falta de tempo» traduz uma falta de interesse e uma evidente subestimação do papel da Rádio do Partido. Os que dizem «já sei o que vão dizer» manifestam uma atitude de autosuficiência para com a nossa Rádio. Estas atitudes e manifestações são incorrectas devendo fazer-se

um esforço para as eliminar dentro do Partido.

Para todos os militantes, é uma tarefa necessária ouvirem regularmente a Rádio do Partido. É necessário saber organizar o tempo e o trabalho para ouvir a Rádio, escolhendo a hora que mais convém e melhor se ouça.

A R.P.L. é a voz do nosso Partido. Apesar de existirem muitas dificuldades na obtenção rápida de informações do interior do País, a RPL, diariamente, vencendo a barreira da censura fascista, procura informar, orientar e mobilizar as massas para a luta contra a ditadura. Dum modo geral, não se dão lutas e acontecimentos importantes, internos e externos, sem que a Rádio do Partido não se pronuncie sobre eles. Na Rádio são lidos com frequência importantes documentos dos organismos dirigentes do Partido, são dadas entrevistas com camaradas dirigentes do Partido e outros militantes destacados.

A Rádio Portugal Livre constitui uma extraordinária aquisição do nosso Partido e tem papel importante na luta do nosso povo. A Rádio é, hoje, um instrumento valioso de ajuda política aos quadros do Partido, um instrumento de trabalho. Estar em contacto diário com a nossa Rádio é estar em contacto com a voz do nosso Partido.

Todos os militantes devem ouvir regularmente a Rádio do Partido e trabalhar para que as massas a ouçam também.

«Enquanto os monopolistas, servidos pelo seu governo fascista, acumulam cada vez mais riqueza, as classes trabalhadoras acumulam cada vez mais miséria.

A exploração das classes trabalhadoras tem aumentado incessantemente. O grau de exploração é elevadíssimo. Em média, no conjunto dos principais ramos industriais, em 8 horas de trabalho, apenas 2 horas e 20 minutos são de trabalho necessário para a produção do equivalente ao salário; 5 horas e 40 minutos são de trabalho suplementar ou gratuito para os patrões. Com a avidez de lucros, o grande capital procura aumentar ainda mais este grau de exploração.

Através da política fascista de congelamento de salários e de subida do custo de vida, os salários reais diminuem. Os salários nominais só aumentam em resultado das lutas dos trabalhadores e com atraso em relação aos aumentos dos preços. Subscritos em geral por laços do patronato instalados nos sindicatos nacionais, os contratos colectivos de trabalho, as mais das vezes, ajustam apenas oficialmente os salários ao nível há muito atingidos de facto.

Prolonga-se a jornada de trabalho e aumenta a intensidade de trabalho, através do desrespeito pelos horários, dos ritmos mais apressados, da afixação de produções mínimas cada vez mais elevadas, do sistema de prémios, multas e castigos, do trabalho à peça, à tarefa e à empreitada, das horas extraordinárias não pagas ou pagas a singelo, e de toda a espécie de pressões e intimidações.

O aumento da produtividade pelo emprego de melhores máquinas e de melhor organização tecnológica provoca, por si só, o aumento de trabalho gratuito do operário para o capitalista e é em geral acompanhado pelo aumento de intensidade do trabalho e por métodos mais refinados de exploração.»

(Do Programa do Partido Comunista Português)